

Verdades oficiais, memórias cruéis

Começemos por uma obra ambiciosa que, ao que parece, será útil a um grande número de leitores, apesar de os seus artigos terem um valor desigual. O *Dicionário Temático da Lusofonia*¹ é, nas suas intenções, uma obra louvável, ao fornecer, sob uma mesma capa, um conjunto de dados sobre os Estados ou territórios lusófonos no mundo, através da mobilização — na medida do possível — de autores (mais de 300) oriundos das respectivas entidades geográficas. A ordem das entradas é alfabética, com agrupamentos temáticos: antropologia, arquivos-bibliotecas-centros de documentação, artes, capitais, comunicação social, desporto, direito, economia, edições, ensino e pesquisa científica, etc. Nela encontramos, igualmente, algumas coisas inesperadas que os acasos da ortografia portuguesa tornam, por vezes, quase engraçadas na sua proximidade: espectáculos (entre os quais o circo), forças armadas, gastronomia, geografia, instituições, língua, ritos de passagem, migrações, movimentos sociais, música, organizações, património, religiões e espiritualidade, saúde, turismo, viagens, etc. O tamanho dos artigos é muito variável, atingindo alguns uma boa dezena de páginas, em duas colunas muito densas, e outros não ultrapassando um quarto de coluna.

Trata-se de uma obra original, em termos de concepção, de utilidade evidente. Em contrapartida, a escolha dos autores e o tratamento que estes deram aos seus objectos levantam algumas questões. Entre textos excelentes (e há muitos de autores sérios e competentes e quando os temas não são excessivamente amplos) e encomendas atamancadas politicamente orientadas ou — demasiadas vezes — prudentemente diplomáticas vai uma grande distância. Um funcionário local não vai correr o risco de apresentar, à sua luz verdadeira, a instituição à qual pertence; outros autores aproveitaram para

¹ Fernando Cristovão (dir. e coord.), Maria Adelina Amorim, Maria Lúcia Garcia Marques, Susana Brites Moita, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Cacém, Portugal, 2005, 976 páginas + 16 páginas de fotografias a cores.

ajustar algumas contas pessoais, e tudo isto é facilmente explicável no contexto sócio-cultural dos mundos lusófonos. A tarefa do coordenador e dos seus adjuntos não deve ter sido fácil!

O leitor deve estar ciente deste aspecto, mas encontrará nesta massa de informações verdadeiras pérolas que o farão pensar na sua ignorância. Se a investigação científica no Brasil tem direito a uma coluna (!), contra uma coluna e um quarto para o mesmo tema em Cabo Verde, de quem é a culpa? Mas duas colunas e meia para os falantes de crioulos de base portuguesa no Casamansa, quatro e meia para os muçulmanos em Portugal e trinta e cinco para a geografia de Cabo Verde! Também encontramos quatro colunas sobre o património português na Roménia e, para o mesmo tema, três e meia na Polónia, duas e meia no Bangladesh, doze em França e... duas para os Estados Unidos. Bizarro! As bibliografias fornecidas vão desde a omissão ou o amadorismo, peçadas de negligências ortográficas, a uma cobertura aprofundada para alguns verbetes.

Por todas estas razões, esperamos por uma segunda edição em que os coordenadores imponham normas estritas, eliminem os autores que fazem «turismo lexicográfico» e introduzam um equilíbrio entre o que é fundamental e o que é secundário ou mesmo marginal. De qualquer maneira, esta primeira edição é já um grande passo em frente. É evidente que ela tem lugar em todas as bibliotecas lusófonas, mesmo nas mais pobres ou abandonadas a incompetentes.

Entre a gente séria, por profissão e auto-regulação, devemos assinalar brevemente a revista geográfica *Finisterra*², que consagra um número especial de homenagem a um dos seus porta-estandartes tropicalistas que acabou de se reformar, o Prof. Doutor Carlos Alberto Medeiros.

Provavelmente, ninguém mais do que eu — enquanto historiador — lamenta o abandono (forçado, em razão dos constrangimentos geopolíticos da descolonização portuguesa) pelos geógrafos portugueses do território em que se fizeram mestres, resultado do impulso de Orlando Ribeiro: o ultramar. Ainda me lembro da emoção que senti com a leitura da tese de Carlos Alberto Medeiros (*A Colonização das Terras Altas da Huíla, Angola*, Lisboa, 1976). Finalmente, encontrava um português que me falava, em termos sóbrios e sem propaganda, das realidades do Sul de Angola, que, na época, era o território angolano que historicamente mais me fascinava. Com apenas 34 anos era já um mestre que honrava os quatro grandes africanistas da escola geográfica de Lisboa em actividade durante o final da colonização: Francisco Tenreiro, Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral e Suzanne Daveau. Os primeiros já faleceram, mas os dois últimos estão, felizmente, entre nós e prestam

² *Finisterra*, vol. XL, n.º 79, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005, 240 páginas, com fotografia a cores e ilustrações.

homenagem ao seu colega em dois artigos deste número, que recomendo, desta forma, momentaneamente, de novo africanista. E é claro que, estando a paz restabelecida (?) nos PALOP e o território de novo, em parte, acessível (apesar das minas), oferece às novas gerações novos motivos de interesse, como, por exemplo, o Centro da Zambézia, a Lunda, o binómio Niassa-Cabo Delgado, etc.

Não abandonemos as revistas científicas de ponta sem mencionar mais uma vez a *Portuguese Studies Review*³, que, no seu n.º 2, vol. 12, compila vários artigos de história contemporânea sobre o Brasil, a emigração no Canadá e na Austrália, Cabo Verde e, por último, um que a modéstia do signatário destas linhas impede de identificar, mas que os leitores interessados na história militar colonial portuguesa poderão talvez considerar.

Da geografia e da história saltemos para a actualidade quente com Philippe Sébille-Lopez e a sua obra *Géopolitiques du pétrole*⁴. O autor, consultor de relações internacionais, oferece-nos uma volta ao mundo não apenas através dos países produtores, mas também do papel dos hidrocarbonetos na política internacional, dos fluxos petrolíferos e das ameaças que pesam sobre eles nos estreitos por onde transitam, das devoradoras ambições dos Estados Unidos, da China e da Rússia, do problema que representam os países latino-americanos, a Ásia central e o Cáucaso, o Médio Oriente e, evidentemente, a África. Neste domínio, recomendamos as páginas consagradas a São Tomé e Príncipe, a Angola e Cabinda e à Guiné Equatorial. O autor está bem informado e actualizado (no momento da publicação do seu manual) relativamente aos constrangimentos e às particularidades próprias do golfo da Guiné. Ele anuncia e denuncia certas práticas demasiado conhecidas para que as lembremos aqui. Em suma, trata-se de um livro que pertence tanto ao domínio da geografia como ao da política. Quando pensamos nos milhões de mortos que — do Biafra a Angola — o petróleo provocou e continuará a provocar nos próximos anos, deixamos de ter vontade de nos repetirmos. Um livro importante para o futuro de pelo menos dois dos PALOP.

Para Moçambique, comecemos pelas memórias de guerra (1967-1969) de um médico mobilizado com 37 anos que começa por descrever as suas actividades como cirurgião militar estacionado em Morrumbala (Zambézia) e denunciar as práticas dos comerciantes (três preços de compra para o algodão, segundo a cor do vendedor) e a exploração do trabalho dos africanos. Este autor, antimilitarista e anticolonialista, não nos dá uma boa imagem da

³ Ivana Elbl (ed.), *Portuguese Studies Review*, vol. 12, n.º 2, Trent University, Peterborough (Ontário), 2006, 266 páginas, com fotografias a preto e branco e dois quadros desdobráveis.

⁴ Philippe Sébille-Lopez, *Géopolitiques du pétrole*, Armand Colin, Paris, 2006, 480 páginas, com mapas e ilustrações.

população branca, por exemplo, quando refere as diligências de um filho de colonos ricos para ser dispensado do serviço militar. O que o autor constata é a antítese do luso-tropicalismo. Nem Mopeia, nem a empresa Sena Sugar, nem o naufrágio de um batelão no Zambeze (97 soldados afogados), nem sobretudo a situação em Mueda (o desespero dos oficiais), merecem os seus elogios. Em seguida, desloca-se até Nangololo, uma antiga missão católica, em terra dos macondes. Aí o autor está com os pára-quedistas e contando-nos como um chefe guerrilheiro foi linchado. Totalmente convencido da inutilidade desta guerra, o Dr. Silva Araújo⁵ dá-nos, assim, um novo testemunho desesperado da situação no Nordeste de Moçambique e mostra o seu desprezo pelos generais que por ali se passeiam. Como seria possível a Portugal sair vencedor deste último confronto imperial quando se apresentava com o moral tão ferido?

Outra guerra «moçambicana», ou, talvez melhor, que se desenrola em Moçambique, mas com outros protagonistas, chega até nós através da perspectiva de uma activista zimbabweana de origem chinesa. Os chineses locais só raramente se empenharam na luta pela emancipação política dos africanos. Mas Fay Chung⁶ é uma incondicional de Robert Mugabe e da ZANU, tendo integrado as suas fileiras, a partir de 1973. Professora, marxista, minoritária e feminista, ela não esconde, no entanto, as fraquezas internas, os erros, os crimes, a dureza do aparelho nos campos em que ela reside em Moçambique (particularmente nas margens do Pungué). A autora denuncia a escravatura sexual a que as mulheres aí foram submetidas por alguns chefes, nomeadamente por Tongogara. A sua visão (pp. 142-144) das operações e dos massacres cometidos pelas tropas rodesianas nas bases moçambicanas da ZANU contraria o triunfalismo das memórias que os ex-rodesianos brancos publicam no exílio há cerca de uma geração. Por último, o que ela nos conta sobre este período em que os médiuns dos espíritos shona reinavam concorrentemente com os líderes guerrilheiros permite-nos conhecer melhor esta faceta do apoio acordado pela FRELIMO à ZANU, bem como a extensão do sistema educativo que ela organizou para os refugiados em Moçambique. Tudo isto custará caro a Moçambique depois da independência [mais de 1000 cidadãos mortos pelos rodesianos (p. 237) e o nascimento da RENAMO de Frankenstein].

Continuemos no âmbito das memórias, mas desta vez não nas da guerra. O opúsculo de Inez Andrade Paes⁷ é o regresso literário de uma retornada

⁵ Henrique da Silva Araújo, *Como eu vi Moçambique*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, 189 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁶ Fay Chung, *Re-living the Second Chimurenga. Memories from the Liberation Struggle in Zimbabwe*, Nordiska Afrika Institutet, Uppsala, 2006, 358 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁷ Inez Andrade Paes, *O mar que toca em ti*, ed. de autor, Válega, Portugal, 2006, 35 páginas, com fotografias a cores.

a Pemba, com toda a emoção que isto implica, uma vez que se reencontra com a sua infância e os seus antigos companheiros. Mais tradicional, *Under an African Sun*⁸ oferece-nos as reminiscências de um antigo funcionário colonial britânico que trabalhou, de 1959 a 1961, nos Serviços Financeiros da Rodésia do Norte antes da independência. Também ele cultiva a nostalgia pelos «bons velhos tempos», quando Londres governava ainda um império africano respeitável. Mas o que nos interessa aqui é a panóplia de sensações experimentadas por um jovem *gentleman*, de posses modestas, em férias na Beira (pp. 120-122) e, posteriormente, ao fazer a travessia do Zambeze de carro, no batelão de Tete (antes da construção da ponte), e, por fim, ao deixar a África a partir da Beira, em Janeiro de 1962 (pp. 207-209), na companhia de refugiados belgas que fugiam do Congo. Nesta obra podemos ainda encontrar alguns pedaços da vida burocrática dos finais da colonização. Destacamos uma reflexão produzida durante a viagem no batelão de Tete (p. 148): «Não é o clima, nem a falta de recursos naturais ou de instrução o que mantém a maior parte dos países africanos na situação crítica em que se encontram... mas sim a negligência», o que nos conduz directamente para o domínio dos economistas e dos politólogos.

Nunca tinha lido uma comparação entre a Coreia do Sul e Moçambique, mas Jonathan Kriekhaus⁹ fá-lo de forma decidida e sem contemplações nas suas análises. «Em 1960, Moçambique não era mais pobre do que a Coreia, tendo ambos cerca de 13% do rendimento dos Estados Unidos. Em 2000, no entanto, o rendimento coreano cresceu para 50% do dos Estados Unidos, enquanto o rendimento moçambicano caiu substancialmente para apenas 3% do rendimento norte-americano» (p. 95). Nos capítulos que o autor intitula «Destruindo Moçambique» (pp. 95-119) e «Construindo a Coreia» (pp. 120-142), ele responsabiliza sobretudo a colonização-exploração portuguesa, que compara, nem mais nem menos, a uma sanguessuga diabólica, enquanto, embora denuncie a brutalidade e a crueldade da colonização japonesa, lhe reconheça uma tremenda eficácia económica. Ao esquadriharem as estatísticas, os economistas conseguem fazê-las dizer tudo o que querem. É verdade que o autor recorda os monumentais erros iniciais da FRELIMO na escolha da sua estratégia de desenvolvimento, a loucura destruidora da RENAMO, tal como outros factores que empobreceram ainda mais o país, mas, provavelmente, a sua tese seria mais equilibrada se considerasse mais atentamente as situações históricas e as tradições psicológicas. Em quarenta anos (1905-1945), o Japão construiu, incontestavelmente, infra-estruturas e

⁸ Frank Bennett, *Under an African Sun. Memoirs of a Colonial Officer in Northern Rhodesia*, The Radcliffe Press, Londres, 2006, x-246 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁹ Jonathan Kriekhaus, *Dictating Development. How Europe Shaped the Global Periphery*, University of Pittsburgh Press, Pittsburgh, 2006, x-251 páginas.

desenvolveu a Coreia, mas, sobretudo, instilou numa população com uma unidade e identidade *nacionais seculares* um desejo louco de desforra e vingança. Vingança não pelas armas, mas pela vontade de fazer melhor do que o colonizador odiado. Onde encontrávamos esta unidade e estímulo em Moçambique em 1975? Entre uma pequena elite urbana que tinha lido os livros proibidos pela censura colonial. Mas, com uma população maioritariamente iletrada e sem uma tradição de esforço obstinado baseado no trabalho manual ou intelectual, Moçambique não tinha qualquer hipótese nesta corrida virtual com a Coreia. Certamente existiam núcleos de desenvolvimento ou veleidades de transcendência pessoal ou colectiva, mas eles perderam-se num mar de inércia e de indiferença. O clima não explica tudo (Singapura está, praticamente, sob a linha do equador!), mas o peso da história e da cultura, esse pesa fortemente.

Qualquer que seja a pertinência dos argumentos de Krieckhaus, o seu livro oferece algumas chaves susceptíveis de explicarem, em parte, o atraso da África subsariana — embora não o expliquem completamente — e a sua obra interessará aos economistas que desesperam por verem que este atraso resiste às suas injunções e remédios, de todo inadaptados a tal doença.

O autor fez, na sua tese, uma tentativa louvável para alargar os parâmetros do subdesenvolvimento e, por isso, trata-se de uma obra importante dentro do seu género.

Para ficarmos apenas por Moçambique e pelas explicações deste ou daquele autor, assinalamos dois textos que são consagrados a dois vectores — pelo menos são tidos como tal — da modernização: os pregadores religiosos e os jornalistas. Em relação aos primeiros, recomendamos vivamente o n.º 17 de *Le fait missionnaire*¹⁰, revista especializada, que consagra um número inteiro exclusivamente a Moçambique. E devo dizer que, se tenho um interesse moderado por este assunto, fiquei verdadeiramente impressionado com a erudição das investigações que conduziram à publicação de pelo menos dois artigos compilados nesta revista, a começar pelas 63 páginas consagradas às Testemunhas de Jeová no Moçambique colonial, que, literalmente, me fizeram lamentar apenas publicar recensões mais ou menos superficiais em virtude da falta de espaço e de tempo. Para quem, como eu, se tinha ficado pelas investigações (de há perto de duas gerações) de alguns velhos crocodilos e respectivos sócios foi uma revelação. Existem, doravante, investigadores em Lisboa que estão decididos a tratar os seus assuntos com uma meticulosidade e uma mentalidade que esperávamos reencontrar em algumas teses que se defendem fora de Portugal, sem falar nos grossos volumes sobre esta ou aquela missão católica ou protestante publicados em

¹⁰ *Le fait missionnaire*, n.º 17, Observatoire des religions en Suisse, UNIL, Lausana, Suíça, 2005, 159 páginas.

Itália ou noutro lado qualquer e que mais não são do que acumulações de pormenores organizadas com um fim exclusivamente apologético e sem qualquer cuidado de imparcialidade. Um outro artigo sobre as igrejas «sionistas» em Moçambique, menos pormenorizado do que o primeiro, diz respeito, apesar disso, a 17,5% da população moçambicana (segundo o recenseamento de 1997), enquanto aquele que nos encantou não abarca, provavelmente, mais do que algumas dezenas de milhares de almas. Em ambos os casos, estamos nos antípodas de textos surgidos nos anos 60 e 70 e é pena que os seus autores não tenham ainda a notoriedade dos velhos ídolos que ainda ocupam o primeiro lugar da cena historiográfica ou sócio-política portuguesas. Resta saber se os *maîtres à penser* e os modelos destes crenças (exteriores às religiões institucionais) são favoráveis a uma descolagem «à coreana».

E será o *sheikh* islâmico estudado num terceiro artigo?

Em relação aos jornalistas, podemos esperar que pela rádio, ou mesmo pela televisão e pela imprensa escrita (muito fracas em razão da pobreza local), a nova geração irá insuflar um *élan* inovador em todas as camadas da sociedade. A julgar pelo panorama apresentado por um dos seus formadores estrangeiros, foram alcançados enormes progressos depois de um período em que qualquer poeta autoproclamado se podia encontrar como redactor de um jornal, submetido às exigências políticas ou económicas dos seus comanditários. Três anos consagrados a ensinar jornalismo aos estudantes moçambicanos permitiram a Christoph Hantel¹¹ dar-nos uma espécie de enciclopédia dos *media* locais, dos seus artesãos, dos seus problemas e das suas esperanças. Estruturado como uma tese, o seu balanço é o mais completo que existe sobre a comunicação — no sentido mais nobre do termo — trinta anos depois do início da independência. Ele luta pela democratização dos audiovisuais e da imprensa escrita, o que está muito bem. Mas melhor seria ainda se o nível de vida permitisse aos milhões que vegetam no mato ou nos bairros de lata usufruir plenamente dessa democratização. Trabalho especializado, muito rico em informações, através do qual ficamos a saber, nomeadamente, que 87% de uma amostra de estudantes de jornalismo desejam desenvolver os seus conhecimentos linguísticos em inglês, 49% em francês, 28% em línguas vernáculas, 10% em espanhol e 8% em português. Não há ninguém que refira o coreano, o chinês ou japonês, o que é natural, mas também não há procura para o russo ou o alemão.

Regressemos a leituras bastante mais «animadas», porque baseadas em memórias da guerra, isto é, em recordações muito cruéis. Não sei se muitos lusófonos, em Portugal como no Brasil, tiveram consciência, na época, da intensidade das operações de guerra conduzidas pela Rodésia no interior de Moçambique de 1972 a 1979 (e depois dessa data, mas na sombra). O que

¹¹ Christoph Hantel, *Journalistenausbildung in Mosambik*, Frank & Timme, Berlim, 2006, 426 páginas, com ilustrações.

é certo é que, proporcionalmente ao número de combatentes envolvidos contra os nacionalistas pelos portugueses e pelos rodesianos em Moçambique, os rodesianos brancos no exílio publicam muito mais do que os antigos combatentes portugueses regressados às suas famílias. Ambos perderam a sua guerra, mas, como os primeiros não acreditavam — excepto uma pequena minoria — na utilidade da sua acção numa colónia longínqua para defenderem uma causa à qual não haviam aderido visceralmente, a palavra de ordem — tácita, evidentemente — era fazer o menos possível para sair vivo da guerra colonial. A atitude da maior parte dos colonos brancos da Rodésia era completamente diferente. Estes estavam encostados à parede e aqueles que estavam decididos a resistir — inicialmente, a maioria — fizeram-no por todos os meios ao seu dispor. Cada um tinha os seus mitos, mas os anglófonos acreditavam neles (pelo menos, no início), pois viram chegar o caos à sua porta e na sua própria terra (minas e ataques a colonos).

Dáí que, se examinarmos, passados trinta anos, a literatura publicada sobre as actividades militares portuguesas em Moçambique, ela seja relativamente abundante, mas raramente triunfalista (salvo nos escritos dos veteranos das unidades de choque). Frequentemente, patética e muito crítica sobre o papel que foi atribuído à «tropa macaca», para utilizar uma expressão consagrada, amarga, mesquinha e sem as grandes operações que os veteranos gostam, geralmente, de referir. Mesmo a «Operação Nó Górdio» suscitou, ao fim de algumas dezenas de anos, mais censura do que entusiasmo. Nessa literatura surge referida a insuficiência da organização, dos meios e dos oficiais, a pesada rotina ou a estupidez da sociedade militar, a falta de solidariedade entre os soldados de carreira (suboficiais e oficiais) e os jovens metropolitanos mobilizados (quadros e soldados). O que está, definitivamente, ausente destas descrições é o moral e a vontade de vencer!

Em contrapartida, nos títulos que versam sobre a guerra rodesiana em Moçambique o que encontramos? Raramente estes mediocres ajustes de contas tão frequentes na literatura em português. Conduzindo operações «golpe de mão» em território inimigo, com poucos homens, mas um serviço de informações geralmente eficaz, obtendo vitórias momentâneas, bem orientadas e eficazes a curto prazo, recorrendo a tropas extremamente brutais mas motivadas e comandadas por oficiais imaginativos e competentes, pouco preocupados com o respeito pela Convenção de Genebra, a tendência geral é para o heroísmo, para a superioridade sobre o adversário, até mesmo para a virilidade exacerbada. É evidente que os massacres de civis são silenciados, as perdas sofridas minimizadas e as dos inimigos sobrestimadas. Como combatiam no estrangeiro, para impedirem — sem que as pudessem eliminar — as infiltrações de nacionalistas, a guerra em Moçambique tem tendência a ser vista como a valente resistência patriótica de David pela «defesa da civilização» do outro lado de uma fronteira oriental com mais de 1000 km.

Além disso, os autores rodesianos da diáspora pertenceram, na sua maioria, a unidades de elite. É como se a guerra portuguesa fosse contada

quase unicamente por antigos pára-quedistas, comandos e fuzileiros navais lusitanos, o que está longe de ser o caso. Na verdade, do Minho aos Açores, aconteceu exactamente o contrário. Entre estes «super-heróis» da civilização, os *Selous Scouts* tinham a reputação sulfurosa de assassinos, aos quais são atribuídos 68% das baixas infligidas aos guerrilheiros. Sendo assim!

Um livro bem documentado e recheado de revelações sobre as tentativas desesperadas para impedir Mugabe de aceder ao poder (nelas se incluindo os envenenamentos, os assassinatos e os projectos de atentados e de *putsch* visando a sua pessoa e a do príncipe Carlos de Inglaterra, entre outros) oferece-nos uma nova versão pessoal das actividades destes *Selous Scouts* em Moçambique. Jim Parker¹² era um jovem colono e um reservista da polícia que se alistou em 1977 no centro nevrálgico dos *Selous Scouts*: o seu serviço de informações. Uma espécie de super PIDE/DGS militarizada, mas com um braço armado muito longo, muito móvel, adaptado à contra-guerrilha no estrangeiro e sem controlo apertado enquanto foi vitorioso. Assim, estrategicamente colocado e apoiado num arsenal de documentos classificados, o nosso homem encadeia uma sucessão de operações em Moçambique (a começar, nos anos 60, pela violação do embargo petrolífero com o acordo dos portugueses) que não podemos enumerar e, ainda menos, estudar pormenorizadamente aqui. Não encontramos nestas memórias uma visão imparcial da situação, pois Parker não esconde as suas opiniões. Em contrapartida, tomamos conhecimento de inumeráveis pormenores sobre as operações em Moçambique a partir de Maio de 1976 ao longo da fronteira do Lowveld, começando pelo ponto de entrada do Limpopo em Moçambique e, depois, irradiando nas direcções sul e norte. Operando no território moçambicano em pequenas unidades, os *Selous Scouts* disfarçavam-se de guerrilheiros e atacavam tanto os soldados russos como os da FRELIMO. A rivalidade com o exército rodesiano regular conduzia, por vezes, a desaires. Destacamos neste cúmulo de informações — mais ou menos anedóticas e ordenadas cronologicamente — o que os rodesianos não hesitaram em fazer em Moçambique: guerra bacteriológica (antrax, cólera, etc.), raptos de oficiais da FRELIMO, minagens intensivas, etc.

O resto do livro pertence à história da transição da Rodésia do Sul para o Zimbabwe e, a este título, não nos diz directamente respeito. Um texto que, tendo um valor comparativo para o público português, merece ser conhecido.

Em relação a Angola, recenseamos dois livros muito diferentes um do outro. O primeiro¹³ é um texto de propaganda castrista, para glória de três

¹² Jim Parker, *Assignment Selous Scouts. Inside Story of a Rhodesian Special Branch Officer*, Galago Books, Alberton, África do Sul, 2006, 360 páginas, com fotografias a cores e a preto e branco, distribuído por Lemur Books (lemur@mweb.co.za).

¹³ Armando Choy, Gustavo Chui, Moisés Sio Wong, *Nuestra historia aún se está escribiendo. La historia de tres generales cubano-chinos en la revolución cubana*, Pathfinder Press, Nova Iorque, Londres, 2005, 230 páginas + 24 páginas de fotografias a preto e branco.

generais sino-cubanos (puros ou mestiços) que combateram em Angola, nomeadamente, durante o período «internacionalista» de Havana. Entre 1848 e 1874, os espanhóis importaram cerca de 141 000 chineses para Cuba, cuja população atingia, em 1870, 1,4 milhões. Aí estes emigrantes tiveram um papel importante na luta pela independência, mas o que aqui nos interessa são as páginas onde vemos aparecer (pp. 81-83 e 94-95) uma crítica aberta à ofensiva soviético-angolana (preparada contra a opinião dos dirigentes cubanos) a partir de Kuito-Cuanavale (em 1987) e onde Cuba teve de empregar 80% dos seus 50 000 homens estacionados em Angola. E não se tratou de uma pequena ofensiva: segundo Raul Castro, nela estiveram envolvidos 998 tanques, mais de 600 carros blindados e 1600 peças de artilharia terrestre e antiaérea (p. 88). Os três generais sino-cubanos ocupavam postos de comando. Um pisou uma mina, tendo perdido a perna direita; outro relata as negociações com os sul-africanos em Cabo Verde, para onde havia sido nomeado embaixador; o terceiro descreve a logística empregue em 1975 para salvar o MPLA. O conjunto destes textos é completado com dois discursos de Fidel Castro. Se tudo correu assim tão bem, então por que é que não é possível comprar directamente a literatura angolana que se publica em Havana, sem ter de passar pelos livreiros implantados nos Estados Unidos ou no Uruguai? Sendo as edições todas oficiais, não arriscaríamos, no entanto, pensamentos injustos.

Ainda sobre a guerra angolana, mas vista por um médico, cavaleiro errante do bisturi, de nacionalidade sul-africana e habituado a situações de crise, onde coloca as suas convicções políticas e as suas competências profissionais ao serviço das vítimas, *Contact Wounds* é a autobiografia dessa personagem complexa. A obra inclui um capítulo sobre a sua estada (mal datada, mas à volta de 2001) no hospital do Kuito (pp. 185-206). É apenas menos alucinante do que o relato, já analisado noutra altura, do casal australo-chinês Moorhouse e Cheng sobre a situação no Kuito em 2000-2001. A UNITA teve ainda força para montar uma contra-ofensiva na periferia que estava sob o poder do MPLA mas apenas oito voos de socorro quotidianos ligavam a Luanda a população de refugiados, forçados pelo MPLA a abandonarem as suas aldeias para privarem os guerrilheiros de abastecimentos. A maior parte dos pacientes do Dr. Kaplan eram vítimas de minas. Ele não parece ter permanecido muito tempo no Kuito e, ao partir, observa os iates dos empresários portugueses que se balançavam sobre as águas em frente do Clube Naval de Luanda. Será que eles já voltaram de barco? O capítulo angolano não é o mais marcante (os episódios israelita e iraquiano são os mais palpantes) do livro¹⁴, mas o autor sabe como interessar os seus leitores ao longo do seu itinerário pessoal. Trata-se de um D. Quixote de sala de operações e é uma pena não existirem mais como ele.

¹⁴ Jonathan Kaplan, *Contact Wounds. A War Surgeon's Education*, Picador, Londres, 2006, VIII-278 páginas.

Pelo que diz respeito aos escombros da antiga África espanhola, limitar-nos-emos a indicar *De Smara à Smara*¹⁵, que pertence a um género original: a peregrinação literária sobre os vestígios de um ou de escritores-viajantes mais ou menos célebres. Conhecemos exemplos famosos deste género, como são as obras baseadas em Capelo e Ivens, Livingstone, René Caillié, Mary Kingsley, Conrad, Rimbaud, etc. Com uma aura bastante mais modesta, Michel Vieuchange e a sua única viagem, em 1930, antes da ocupação espanhola do Sara, até à cidade, então interdita aos cristãos, de Smara suscitou, apesar de tudo, pelo menos dois livros franceses em dois anos. O interesse do de Patrick Adam é que ele tentou refazer o itinerário de 1930 do místico, não o tendo conseguido porque a situação confusa ou tensa no Sara (incluindo a suspeição das autoridades militares) e a impossibilidade de encontrar, em 1998, guias capazes de enfrentarem a pé as dificuldades do percurso no deserto constrangeram-no a utilizar veículos e a fazer desvios a esse itinerário. Apesar disso, dá-nos uma vintena de páginas sobre a sua visita à «cidade santa» da independência do Ocidente sariano, o que é, quantitativamente, mais do que a dezena de páginas que dediquei à Smara de 1967 (René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique. Voyages à la fin de l'empire espagnol*, Editions Pélissier, Orgeval, 1992, pp. 100-110). Se Vieuchange já não teria reconhecido a «miragem» de 1930 na minha descrição desta cidade de guarnição da Legión de 1967, ele não teria qualquer hipótese de a reencontrar na banalidade ruidosa e suja em que se transformou nos nossos dias. Adam restabelece algumas verdades históricas sobre as origens do mito, mas, mais prudentemente do que a maior parte dos autores que publicam sobre o Sara marroquino ou ocidental, abstém-se de qualquer digressão política. Bem escrito, o seu texto é um livro de aventuras que areja a bibliografia local.

Ainda no âmbito das viagens extraordinárias em África, mencionamos brevemente a travessia transcontinental (da Argélia ao cabo da Boa Esperança) realizada em Março-Abril de 1992 por um jornalista italiano condenado a utilizar apenas os transportes públicos locais (camiões, autocarros, comboios, táxis, batelões e outras embarcações) ou a caminhar — um pouco — a pé. 13 000 km através da inimaginável selva de funcionários africanos corruptos (a começar por alguns dos colocados nos consulados em Itália). Finalmente, em dois meses, ele conseguiu cumprir a sua missão, mas a imagem que nos dá — tal como aqueles que o precederam e aqueles que se lhe seguiram — desta África burocrática é a negação de todas as pretensões oficiais cultivadas nos cenáculos internacionais pelos seus diplomatas. Sem desanimar, Sergio Ramazzotti¹⁶ não entrará em Angola nem em Moçambique, mas a chantagem a que o «turista pobre» é submetido, se é branco, lembra-nos muitas

¹⁵ Patrick Adam, *De Smara à Smara. Sur les traces de Michel Vieuchange*, L'Harmattan, Paris, 2006, 204 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹⁶ Sergio Ramazzotti, *Vado verso il Capo. 13 000 km attraverso l'Africa*, Feltrinelli, Milão, 4.^a ed., 260 páginas.

outras experiências anteriores. Mas ele não é rancoroso: continua a gostar de África e não morreu, como Vieuchange. Não é possível parar o progresso.

Sem conhecimentos linguísticos, eu, historiador de Timor Leste, nunca pude recensar um único livro em indonésio sobre esta antiga «vigésima sétima província» do império javanês, o que, no plano ético-profissional de um crítico internacional, é uma lacuna grave. Em contrapartida, ainda sob a ditadura militar de Jacarta, que na altura tinha renunciado a martirizar os timorenses orientais, foi publicada uma ficção que surgiu pela primeira vez em indonésio em 1996 e que foi finalmente traduzida em 2002, o que nos permitiu constatar que, pelo menos, um jornalista da capital, lutando contra a censura, teve a coragem de revelar aos seus leitores a verdade sobre o chamado massacre do cemitério de Santa Cruz, ocorrido em Díli em 1991. Por isso pagou um preço: foi dispensado pelo seu patrão! Mas ele perseverou de forma indirecta e, por meio de um romance publicado posteriormente, no qual os nomes dos actores e dos locais surgem disfarçados (Timor Leste aparece como Gidgid, a FRETILIN como Hyegingid, Díli é Ningi, etc.), uma pequena parte do público javanês pôde informar-se sobre a situação real, exterior à mentira oficial. A censura deixou passar um livro cujo tema literário era a vida nocturna de Jacarta, com obscuras alusões a um país «imaginário». Assim, na verdade, desde 1996, quem quis pôde informar-se, através das páginas de um enredo romanesco, sobre o conteúdo de comunicados de imprensa interditos e entrevistas que não deixam nenhuma dúvida sobre a dimensão da repressão e da indignação internacional. A censura nos países totalitários, quando está ao serviço dos militares, raramente é inteligente, ou seja, eficaz. *Jazz, Perfume & the Incident*¹⁷ é, por isso, um testemunho sobre uma faceta da defesa velada da causa timorense no próprio coração do império e no momento mais forte do seu intransigente apogeu. Obra que os historiadores curiosos devem conhecer.

Desde 1996 e, *a fortiori*, desde 1999, as coisas evoluíram e é claro e público que hoje em dia qualquer pessoa pode — pelo menos, no estrangeiro — estudar seriamente e denunciar a violência que durante décadas foi um dos cimentos de uma unidade «imperial» precária e em muitos sítios (como, por exemplo, na Papua Ocidental) *contra natura*, contra a história e contra a vontade de milhões de cidadãos encaixados no conceito de «herdeiros das Índias Holandesas».

Tal pode ser comprovado em *Violent Conflicts in Indonesia*¹⁸, obra em que participam numerosos investigadores indonésios. Da tortura à violação de chinesas, do massacre de supostos bruxos em Java, das Molucas ao

¹⁷ Seno Gumira Ajidarma, *Jazz, Perfume & the Incident*, The Lontar Foundation, Jacarta, 2002, 180 páginas, distribuído pelo American Gamelan Institute, Lebanon (New Hampshire), EUA.

¹⁸ Charles A. Coppel (ed.), *Violent Conflicts in Indonesia. Analysis, Representation, Resolution*, Routledge, Londres, 2006, xviii-322 páginas, com fotografias a preto e branco.

Bornéu, de Aché à Papua Ocidental, etc., os 19 capítulos desta obra mostram-nos que esta Indonésia militarizada e falsamente unificada não era — nem é ainda — mais do que um aglomerado instável de etnias e de religiões (sem falar de aspirações políticas) divergentes, se não visceralmente antagónicas. A «erradicação dos selvagens» em Timor só nos chocou pela sua dimensão e pela forma sistemática como foi levada a cabo. Mas ela repousa numa tradição de violência bem documentada no arquipélago. Apenas um contributo neste livro diz respeito a Timor Leste e, mais particularmente, às cerimónias que o clero católico organizou para reconciliar partidários e adversários da Indonésia em Suai. Sabemos em que redundaram estas iniciativas: uma semana mais tarde, a 6 de Setembro de 1999, deu-se o massacre dos refugiados da igreja de Suai. Refira-se que o texto foi escrito por um etnólogo australiano que, baseando-se na minha obra *Timor en guerre*, Editions Pélissier, Orgeval, 1996, não hesita em contrariar dezenas de autores que ignoram — ou melhor, não querem saber — que a violência é inerente aos timorenses (p. 177) e que ela está ancorada na história dos descendentes de gerações de corta-cabeças. Ignorar a história talvez seja diplomaticamente rentável em Canberra, mas tem um custo elevado a curto prazo, pois as desilusões são sempre dolorosas para os ideólogos. E quando as fábulas desabam é necessário mandar reforços militares (2006). Mas toda a gente sabe que os etnólogos são escassos entre os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas; já quanto aos historiadores...

Os historiadores, com toda a certeza, estão ausentes do livro que se segue. Não obstante, trata-se de uma espécie de enciclopédia timorense que, embora se dirija, prioritariamente, ao grande público, ignorante e indiferente — quantos leitores é que se interessam verdadeiramente por Timor em Itália? —, poderá ser útil a alguns especialistas anglófonos aventureiros que se dêem ao trabalho de o lerem. Esta eventualidade parece estar muito distante, pois são cada vez menos aqueles que admitem que para compreender Timor é necessário dominar um pouco de português. Se isto é assim, imaginem o que será em relação a outras línguas, como o italiano (salvo para a primeira dama de Díli), o francês (um horror completo para os especialistas em estudos timorenses), o alemão, etc! Com rigor, o holandês tem mais hipóteses do que o italiano, devido ao peso dos especialistas australianos em estudos indonésios.

Seja como for, o jornalista Andrea Curti¹⁹ marca uma mudança nos estudos sobre Timor. Pela primeira vez, a documentação utilizada prescinde de uma bibliografia sólida (são apenas citados sete livros e nenhum deles é português ou inglês), baseando-se em inumeráveis *sites* da Internet e em comunicados da imprensa estrangeira. Ao fazer isto, o que motiva o autor,

¹⁹ Andrea Curti, *Obiettivo Timor Est. Tra l'orgoglio di un popolo, guerra di religione, interessi petroliferi e decolonizzazione*, Editrice Librerie Dedalo, Roma, 2005, XII-211 páginas, com fotografias a preto e branco.

militante da causa timorense, é a luta da FRETILIN, a denúncia da ocupação indonésia, a política internacional — e sobre isto a obra é bastante minuciosa —, as posições da Igreja católica, os acontecimentos de 1998-2004, relativamente aos quais ele dá um grande destaque à ONU e às forças de intervenção (entre as quais se contam as italianas). O livro dedica dezenas de páginas à política interna e externa do novo Estado, à economia, domínio onde desce a níveis nunca antes atingidos anteriormente. Em resumo, o autor compilou uma massa de informação jornalística até agora inédita, tratando o seu objecto como o teria feito uma ONG, ou seja, dizendo tudo o que poderá incitar os doadores a ajudarem Timor.

Por último, desçamos ao mais íntimo de memórias tão cruéis como em África com um opúsculo, editado em quatro línguas — francês²⁰, alemão, inglês e indonésio (não existe versão portuguesa?) –, que nos dá a história pormenorizada da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), instituição nacional timorense independente, em actividade de 2002 a 2004. Sabemos o que vale — ou melhor, o que não vale — a justiça indonésia. O Tribunal Especial das Nações Unidas em Timor Leste tinha por missão julgar os actos criminosos cometidos entre 1 de Janeiro e 25 de Outubro de 1999. Da sua actividade resultaram 391 pessoas acusadas e 87 condenadas à prisão, mas os generais indonésios não foram verdadeiramente incomodados, e isto por ordem do presidente Xanana Gusmão e do seu governo, com o fim de não comprometerem as «boas relações de vizinhança com a Indonésia» (p. 11). O que criou uma impunidade de facto e enfraqueceu a autoridade do Estado. Emanação da Igreja católica, a CAVR tinha por mandato inquirir sobre os factos de Abril de 1974 a Outubro de 1999, isto é, desenterrar as raízes mais recentes do mal. Por que é que não se investigaram os factos desde 1959 e mesmo, desde a ocupação japonesa, onde alguns ódios ancestrais teriam podido saciar-se livremente? A autora do relatório, sendo uma historiadora alemã de Timor durante a ocupação portuguesa, compreender-me-á certamente.

Encarregada de reconciliar uma sociedade pluriétnica com um pesado passado de antagonismos, a CAVR apenas se ocupou dos casos menos graves, mas, como o Tribunal Especial da ONU não podia perseguir correctamente o «peixe graúdo» e o próprio sistema timorense se mostra incapaz de funcionar (cerca de 3000 casos pendentes!), e como todos os juízes locais em formação chumbaram no exame de português (p. 31), língua falada por 5% da população em 2002, não parece estarmos próximos de vermos estas memórias cicatrizarem. E não apenas em Timor!

Redigido em Maio de 2006.

Tradução de Carla Araújo

²⁰ Monika Schlicher, *Le Timor oriental fait face à son histoire: le travail de la Commission d'accueil, de vérité et de réconciliation*, Missio, Aix-la-Chapelle, 2005, 91 páginas.